



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

Direito da Arbitragem e da Mediação I

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Catarina Salgado (2 horas/semana)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Nesta disciplina, pretende-se dar ao aluno uma formação geral e aprofundada sobre os mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos.

Conteúdos programáticos

PARTE I

OS MEIOS DE RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS

1. Introdução

2. Noção

3. Conciliação

4. Mediação

5. Distinção entre a arbitragem e os outros meios alternativos de resolução de litígios

PARTE II

ARBITRAGEM

Capítulo I

Enquadramento geral

6. Noção geral da arbitragem

7. Vantagens e desvantagens da arbitragem



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

8. Modalidades de arbitragem: a arbitragem voluntária e a arbitragem necessária; a arbitragem institucionalizada e a arbitragem ad hoc

9. Natureza jurídica da arbitragem

Capítulo II

A convenção de arbitragem

10. Noção e Modalidades

11. A formação

11.1. O conteúdo

11.2. A forma

12. Limites legais – a arbitrabilidade

13. Efeitos da convenção de arbitragem

13.1. Em relação às partes

13.2. Possibilidade de desvinculação da convenção arbitral por insuficiência económica/insolvência de uma das Partes

13.3. Em relação a terceiros

Capítulo III

Os árbitros e o tribunal arbitral

14. Constituição do tribunal arbitral

15. Características dos árbitros

16. Os direitos e deveres dos árbitros

17. A composição do tribunal

18. O processo de designação dos árbitros

19. A aceitação ou recusa do encargo

20. A incapacitação, inação e renúncia do árbitro.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

21. A nomeação de árbitro substituto

22. A responsabilidade dos árbitros

Capítulo IV

A competência do tribunal arbitral

23. A convenção de arbitragem e a competência dos tribunais arbitrais

24. A regra da competência-competência (*Kompetenz-Kompetenz*)

25. A competência dos tribunais estaduais

Capítulo V

Partes e terceiros

26. Noção de partes e de terceiros no processo arbitral

27. A intervenção de terceiros em processo arbitral

Capítulo VII

O processo arbitral

28. Princípios e regras do processo arbitral

29. O processo arbitral

30. A prova no processo arbitral

31. O processo arbitral nos regulamentos dos centros de arbitragem

Capítulo VII

A decisão arbitral e sua impugnação

32. Os requisitos da decisão arbitral

33. O Direito aplicável, a equidade e a composição amigável



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

34. A impugnação da decisão arbitral

35. A execução da decisão arbitral

36. O caso julgado arbitral

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos acompanham coerentemente as principais questões suscitadas pelos mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos, em especial a arbitragem.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas são estruturadas de modo a conjugar uma componente teórica e uma componente prática e participativa por parte dos alunos.

As aulas assentarão inicialmente numa exposição teórica por parte da docente e, posteriormente, na promoção da apreciação crítica dos temas por parte dos alunos e respetivo debate.

Os alunos deverão elaborar um trabalho relativamente a um dos temas do programa pré-indicado, à sua escolha.

Os trabalhos são objeto de sumária apresentação e de debate nas aulas. No final, haverá ainda uma prova escrita de avaliação final obrigatória.

A classificação final toma em conta a prova escrita de avaliação final obrigatória (50%), conjugada com a apresentação oral do trabalho (20min.) (20%) e o respetivo trabalho escrito (até 20 pp)(30%)

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia de ensino adotada permite identificar os principais problemas jurídicos envolvidos e tratar dos temas incluídos no programa, desenvolvendo as capacidades críticas e de investigação dos alunos, quer através da escolha dos temas, quer por via das exposições e debates, quer ainda com a elaboração dos trabalhos escritos. A realização de um teste final permite consolidar a matéria e apreciar a sua efetiva apreensão por parte do aluno.

Bibliografia principal

AAVV, Lei da Arbitragem Voluntária Anotada, Dário Moura Vicente (coord.), Almedina, 6.ª edição revista e atualizada, 2023.

AAVV, Lei da Arbitragem Voluntária, Mário Esteves de Oliveira (coord.), Almedina, Coimbra, 2014.

AAVV, XII Congresso do Centro de Arbitragem Comercial – Intervenções, Centro de Arbitragem Comercial, 2020.

BARROCAS, MANUEL PEREIRA, Manual de arbitragem, Almedina, 2.ª edição, 2013.

BARROCAS, MANUEL PEREIRA, Lei da arbitragem comentada, Almedina, 2.ª edição, 2018.

CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Tratado da Arbitragem, Almedina, 2016.

CARAMELO, ANTÓNIO SAMPAIO, Temas de Direito da Arbitragem, Coimbra Editora, 2013.

CARAMELO, ANTÓNIO SAMPAIO, A impugnação da sentença arbitral, Almedina, 4ª edição, 2023.

GOUVEIA, MARIANA FRANÇA, Curso de resolução alternativa de litígios, Almedina, Reimpressão 2023 da 3.ª Edição de 2014.

LOPES, DULCE/ AFONSO PATRÃO, Lei da Mediação Comentada, Almedina, 2014.

MONTEIRO, ANTÓNIO PEDRO PINTO / ARTUR FLAMÍNIO DA SILVA/ DANIELA MIRANTE, Manual de Arbitragem, Almedina, reimpressão 2020

SILVA, PAULA COSTA E, A nova face da justiça, Os meios extrajudiciais de resolução de controvérsias, Coimbra Editora, 2009.